

O uso do conectivo **e** nos escritos de Lélia Gonzalez

Use of connective **and** in Lélia Gonzalez's texts

El uso del conector **y** en los escritos de Lélia Gonzalez

Aparecida Feola Sella,¹ Lohana Larissa Mariano Civiero²

RESUMO: A partir de estudos da Linguística Textual, este artigo tem como principal objetivo analisar o funcionamento do conectivo **e** no processo argumentativo presente nos escritos da autora Lélia Gonzalez, especificamente na obra *Lugar de Negro*, publicada em 1982. Este trabalho está embasado teoricamente em Koch (1992, 2000, 2001, 2009), Marcuschi (2012) e Quirk e Greenbaum (1973). Verificaram-se os trechos em que Gonzalez utiliza o **e** ora como operador argumentativo ora como conector semântico em seu texto. A análise empreendida permitiu observar que a autora cria discurso para agregar leitores e uma das estratégias é lidar com argumentos de forma mais neutra, com o objetivo de evitar contrapontos ou discordâncias aparentes. Nesse processo textual, as funções do conectivo **e** refletem sentidos que ultrapassam o mero valor aditivo apresentado pelos manuais tradicionais, e compreender essas funções rende reflexões mais completas sobre as intenções da autora na construção de seu discurso ampliador do público leitor.

Palavras-chave: Conectivo **e**. Operador argumentativo. Conector semântico. Lélia Gonzalez.

Abstract: From studies about textual linguistics, this article aims to analyse the function of the connective **and** in the argumentative process in Lélia Gonzalez's writings, mainly, in the book *Lugar de Negro* (1982). As theoretical background for this article, we used Koch (1992, 2000, 2001, 2009), Marcuschi (2012) and Quirk e Greenbaum (1973). Starting a qualitative research of interpretative method, was sought to verify the moments which Gonzalez uses the connective **and** as argumentative operator and as discursive marker in your written. The analyses developed until now allowed us to observe that Gonzalez created a discourse to get readers, and one of the strategies was

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Mestre em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) desde 1990 e atualmente é Professor Associado C. E-mail: afsella1@yahoo.br.

² Mestranda em Letras na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Graduanda do curso de Letras – Português/Italiano na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Bacharela em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel (Univel). E-mail: lohanalarissa483@gmail.com.

the writing production which has formal and oral-dialogues traces. Furthermore, in this textual process, the function of the connective and reflects meanings that exceed the simple additive value on the traditional grammars.

Keywords: Connective **and**. Argumentative operator. Semantic connector. Lélia Gonzalez.

RESUMEN: Basado en estudios de Lingüística Textual, este artículo tiene como objetivo principal analizar el funcionamiento del conector **y** en el proceso argumentativo presente en los escritos de la autora Lélia Gonzalez, específicamente en el trabajo *Lugar de Negro*, publicado en 1982. Este trabajo presenta como base teórica los aportes de Koch (1992, 2000, 2001, 2009), Marcuschi (2012) y Quirk y Greenbaum (1973). Se verificaron los extractos en los que Gonzalez utiliza **y**, a veces, como operador argumentativo y, otras, como un conector semántico en su texto. El análisis realizado permitió observar que la autora crea un discurso para agregar lectores y una de las estrategias es tratar los argumentos de una manera más neutral, a fin de evitar contrapuntos o desacuerdos aparentes. En este proceso textual, las funciones del conector **y** reflejan significados que van más allá del valor aditivo presentado por los manuales tradicionales, y la comprensión de estas funciones produce reflexiones más completas sobre las intenciones de la autora en la construcción de su discurso más amplio del público lector.

Palabras clave: Conector **y**. Operador argumentativo. Conector semántico. Lélia Gonzalez.

Introdução

A obra *Lugar de Negro*, publicada em 1982, traça um panorama geral sobre a situação do negro brasileiro na década correspondente, e visa a atrelar essa situação às relações sociais e econômicas que perpassam a comunidade negra a partir de 1964 – quando se instaurou a ditadura militar no Brasil. A obra faz parte da *Coleção 2 Pontos*, que tem como foco trazer ao público leitor duas ou mais perspectivas pessoais dos autores sobre um mesmo tema.

No caso dessa obra, dois autores manifestam suas opiniões sobre a negritude brasileira: Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Este era argentino e sociólogo, atuou por muitos anos no Brasil como professor e pesquisador das questões raciais e sociais do país. Lélia Gonzalez é conhecida como um dos principais nomes do ativismo do movimento negro e das mulheres negras no Brasil.

Especificamente, nos escritos de Lélia Gonzalez, há peculiaridades argumentativas criadas pela autora, em que operadores argumentativos tecem sentidos em uma visível hibridez de estrutura composicional, e marcadores discursivos geram proximidade com o leitor objetivado. Neste artigo, analisa-se o uso do **e** na primeira parte da obra *Lugar de Negro*, especificamente de autoria de Lélia Gonzalez, e vincula-se a análise à noção de texto, considerando a forma como a autora recorreu ao uso do conectivo ora para lidar com a tessitura interna do texto ora para lidar com o processo de aproximação do leitor.

Conectivo *e*: noções tradicionais e noções sob a perspectiva da Linguística

Ao buscar o sentido de **e** no dicionário, o primeiro significado que Michaelis *online* apresenta é “Ato ou efeito de conjungir; ligação, associação, reunião, união, ajuntamento” (CONJUNÇÃO ..., 2018). Após mais dez definições e sentidos, o dicionário *online* apresenta “Expressões”; a primeira delas é, de acordo com a tradição gramatical: “Conjunção aditiva, GRAM: conjunção coordenativa (p ex, *e* ou *nem*) que liga duas orações coordenadas ou dois termos de idêntica função na mesma oração; aditiva, conjunção aproximativa, conjunção copulativa” (CONJUNÇÃO ..., 2018). Desse modo, essa obra estabelece basicamente o sentido presente em gramáticas tradicionais, como em Cunha e Cintra (1985, p. 565-566), na *Nova gramática do português contemporâneo*, que definem as conjunções como:

[...] os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. As CONJUNÇÕES que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de COORDENATIVAS. Denominam-se SUBORDINATIVAS as CONJUNÇÕES que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra. [...] 2. Compreende-se facilmente a diferença entre as conjunções coordenativas e as subordinativas quando se comparam construções de orações a construções de nomes. [...] Dividem-se as CONJUNÇÕES COORDENATIVAS EM: 1. ADITIVAS, que servem para ligar simplesmente dois termos ou duas orações de idêntica função. São conjunções *e*, *nem* [= e não].

Cunha e Cintra (1985) expõem exemplos de uso dos conectivos em uma oração. Ambas as definições estabelecem o conectivo **e** como mera adição, isto é, serve apenas para ligar ou acrescentar uma oração a outra.

Conforme Neves (2006, p. 248, grifo da autora),

Para o *e*, o valor semântico básico é o de adição. Essa definição se relaciona com o próprio significado etimológico de *e*, entendida a relação temporal apenas no sentido da estruturação do enunciado. A ocorrência de *e* entre dois segmentos indica que cada um deles é externo ao outro (co-ordenado) e que o segundo se soma ao primeiro no processo de enunciação. Fica indeterminada a direção que toma o segundo segmento em relação ao primeiro, tanto na organização das unidades de informação como na organização argumentativa.

Observe-se um exemplo do *corpus*, em que Lélia Gonzalez comenta sobre as injustiças ocorridas com o povo negro naquela época: “**E** tais acontecimentos deixam mais evidente **e** reforçam a justiça de nossa luta, nossa necessidade de mobilização” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 51, grifo nosso). O primeiro conectivo é utilizado pela autora no início do enunciado com o intuito de introduzir uma consequência ou, ainda, uma conclusão do que foi apresentado na frase anterior; desse modo, é possível concluir que se trata de um operador argumentativo. Koch (2009) ressalta: “Havendo dois ou mais argumentos orientados no mesmo sentido, seus elementos podem ser encadeados por meio de operadores como *e, também, nem, tanto... como, não só... mas também, além de, além disso* etc.” (KOCH, 2009, p. 104, grifos da autora). Já o segundo **e** é meramente aditivo, conforme proposto pelo dicionário *online* Michaelis (2018) e por Cunha e Cintra (1985)³.

³ Ainda na gramática de Cunha e Cintra (1985), logo na sequência do conceito apresentado por eles, os autores ainda exibem “valores particulares” das conjunções: “Certas CONJUNÇÕES COORDENATIVAS podem, no discurso, assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre os membros (palavras e orações) coordenados. 1. E, por exemplo, pode: a) Ter valor adversativo: [...] b) Indicar uma consequência, uma conclusão: [...] c) Expressar uma finalidade: [...] d) Ter valor consecutivo: [...] e) Introduzir uma explicação enfática: [...] f) Iniciar frases de alta intensidade afetiva, com o valor próximo ao de interjeições: [...] g) Facilitar a passagem de uma ideia a outra, mesmo que não relacionadas, quando vem repetido ritmicamente em fórmulas paralelísticas que imitam o chamado estilo bíblico: [...]” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 568-570).

Porém, os gramáticos em questão tratam as conjunções coordenativas de forma diferente da maioria dos gramáticos, que lidam com o **e**, por exemplo, como se fosse apenas uma espécie de elo, que liga simplesmente de forma aditiva. Essa posição da maioria dos gramáticos não proporciona o entendimento de que o **e** pode gerar sentidos distintos e com valor semântico e argumentativo: por exemplo, o termo *operador argumentativo* pode ser a ele tributado. Trata-se de admitir que as conexões sempre levam a determinada conclusão, decorrentes de causa/consequência, ressalva, contraposição, ou mesmo de uma escala argumentativa, entre outros tipos de conexão.

Em termos de conexão estabelecida pelo **e**, fica a possibilidade de certa neutralidade, o que confere a essa conjunção maleabilidade na tessitura textual. Em vez de *Todos entregaram os originais, e houve manifestações*, poderíamos criar algo como *Todos entregaram os originais, mas houve manifestações*. No primeiro caso, parece não ser tão latente assim a ressalva ou mesmo contraposição, a depender dos objetivos do produto do texto; já no segundo, o *mas* escancara a ressalva.

Vejamos o exemplo a seguir, retirado do texto de Gonzalez:

“Era bonito de ver aquela negada tão cheia de vida, tão ardorosa, mesmo que discordante, empenhando-se inteira naquela assembleia. **E** o lance mais incrível se deu quando o sono começou a ameaçar o andamento dos trabalhos” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 51, grifo nosso).

Nesse exemplo, verifica-se uma espécie de escala gradativa, em que o elemento conectado pelo **e** acresce um argumento que seria mais enfático com relação aos anteriores.

Tomamos aqui a noção de escala argumentativa formulada por Ducrot (1981), em que as orações conectadas (ou proposições) estão ajustadas para que se leve a determinada conclusão. Parece que se deve considerar ou uma espécie de gradação ou de comparação, que leve a determinada conclusão. Nesse exemplo de Gonzalez, há uma escala argumentativa em que o **e** estabelece o argumento mais forte.

Por outro lado, pode-se tributar ao *e* papéis que transcendem a função de operador argumentativo. Quirk e Greenbaum (1973), autores da gramática inglesa intitulada *A University Grammar of English*, indicam oito implicações semânticas do *e*, de sentidos diferentes, atrelados ao conteúdo das orações conectadas. Na sequência, destacam-se as definições, segundo os autores:

(1) The event in the second clause is a consequence or result of the event in the first: He heard an explosion *and* he (therefore) phoned the police (2) The event in the second clause is chronologically sequent to the event in the first: She washed the dishes *and* (then) she dried them (3) The second clause introduces a contrast. *And* could be replaced by *but* when this implication is present: Robert is secretive *and* (in contrast) David is candid (4) The second clause is a comment on the first: They disliked John – *and* that's not surprising (5) The second clause introduces an element of surprise in view of the content of the first: He tried hard *and* (yet) he failed; Here too, *but* could replace *and*. (6) The first clause is a condition of the second: Give me some money *and* (then) I'll help you escape [...] (7) The second clause makes a point similar to the first: A trade agreement should be no problem, *and* (similarly) a cultural exchange could be arranged (8) The second clause is a 'pure' addition to the first: He has long hair *and* (also) he wears jeans (QUIRK; GREENBAUM, 1973, p. 257).⁴

Os autores deixam claro que, “na segunda oração pode estar a consequência ou resultado exposto na primeira: Ele ouviu uma explosão *e* (por isso, assim) ligou para a polícia”, o que revela, segundo os autores, que o sentido atribuído pelo *e* (*and*) está relacionado aos sentidos expressos em cada oração. Sendo assim, significar *explicação*, *consequência* somente pode ser medido no contorno do texto. Os próprios autores promovem o entendimento de que o *e* pode estabelecer certa neutralidade em suas conexões, o que permite ao leitor

⁴ (1) O evento da segunda oração é consequência ou resultado do evento da primeira: Ele ouviu uma explosão *e* (por isso, portanto) ligou para a polícia (2) O evento da segunda oração está cronologicamente na sequência da primeira: Ela lavou as louças *e* (depois) as secou (3) A segunda oração introduz uma ideia contrária. O *e* pode ser substituído por *mas* quando esta situação ocorrer: Robert é calado *e* (em contraste) David é sincero (4) A segunda oração é um comentário sobre a primeira: Eles não gostam de John – *e* isso não é uma surpresa (5) A segunda oração introduz um elemento surpresa do conteúdo da primeira: Ele tentou muito *e* (ainda) não conseguiu; Neste caso, o *mas* poderia substituir o *e*. (6) A primeira oração é uma condição da segunda: Me dê dinheiro *e* (então) eu irei ajudar você fugir [...] (7) A segunda oração traz uma informação parecida com a primeira: Um acordo comercial não deveria ser problema, *e* (igualmente) um intercâmbio cultural poderia ser organizado (8) A segunda oração adiciona uma informação nova a primeira: Ele tem cabelo longo *e* (também) usa jeans (QUIRK; GREENBAUM, 1973, p. 257, tradução nossa).

ou inferir relações de teor adverbial ou mesmo ao produtor do texto inserir determinado teor depois do **e**, sem que isso, entendemos, gere impacto tão direto, caso a conexão ocorra com outro conector. Em “Ele ouviu uma explosão *e* ligou para a polícia”, muitas leituras poderiam ser retiradas, inclusive o uso de um *mas*, ao estilo da contravenção do fundo moral, tal qual Ducrot (1987) anuncia para a noção de *topos* argumentativo. Ou seja: havia sido combinado que “ele não deveria ligar para a polícia a qualquer sinal de explosão”.

Noção de texto e o funcionamento do *e*: algumas análises

A Linguística Textual (doravante LT) surgiu durante a década de 1960, na Europa, porém, começou a ter destaque somente a partir de 1970. Em seus primórdios, essa base teórica tinha como objetivo a análise transfrástica, isto é, a descrição acerca das relações internas de determinada oração no texto. Segundo Bentes (2003), os estudos iniciais sobre o texto como objeto de análise partem da frase para o texto, porque a preocupação naquela época vinculava-se “com as relações que se estabelecem entre as frases e os períodos, de forma que construam uma unidade de sentido” (BENTES, 2003, p. 247). Nessa primeira fase da LT, o texto era considerado apenas como uma sequência de frases. Koch (1992, p. 11) acrescenta que, nesse período, “não se faz, ainda, distinção nítida entre fenômenos ligados uns à coesão, outros à coerência do texto”.

Uma rápida verificação em Bentes (2003) pode servir para exemplificação do que ocorria naquela época. A autora apresenta e explica o seguinte enunciado conforme a análise transfrástica:

(1) Pedro foi ao cinema. Ele não gostou do filme. O uso do pronome está fornecendo ao ouvinte/leitor instruções de conexão entre a predicação que se faz do pronome [...] e o próprio SN em questão (considerado como aquele sobre o qual também já se disse algo). Esse movimento contribui para a construção da imagem do referente (“Pedro”) por parte do ouvinte. Será a congruência entre as predicções feitas sobre o pronome e o próprio SN (“Pedro”), e não só a concordância de gênero e número, que permite afirmar que o pronome *e/le* é co-referente de Pedro. Em outras palavras, é por conta desta

congruência que sabemos que o pronome *ele* se refere a *Pedro* (BENTES, 2003, p. 247, grifo da autora).

Nesse recorte, verifica-se que há certa relevância para o reconhecimento de como as classes de palavras se inter-relacionam em um processo sequencial, e, também, verticalmente, uma vez que se instrui análise para os termos internos ao sintagma nominal e para a correferencialidade.

No segundo período da LT, na década de 1970, diversos estudiosos passaram a se interessar pela gramática do texto, ou seja, passaram a observar também os fenômenos que constituem dado texto na língua (KOCH, 1992). Porém, até aquele momento, os pesquisadores não conseguiram determinar o que seria ou não um texto. Por outro lado, alguns fatores textuais foram considerados como relativos ao ato de ler; desse modo, o texto já não era conceituado como algo pronto e isolado, ou seja, “[...] o texto deixa de ser entendido como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção” (KOCH, 2000, p. 21).

A terceira e atual fase da LT, a partir de 1980, no Brasil, tem por suporte as pesquisas realizadas na Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos da América e Espanha. Ademais, torna-se necessário ressaltar que foram os teóricos Koch (1933-2018) e Marcuschi (1946-2016) que introduziram esse estudo aqui no país (BLÜHDORN; ANDRADE, 2005).

A partir disso, as várias vertentes da LT, decorrentes dessa caminhada, movimentaram reflexões importantes para a noção do que é o texto, principalmente porque geraram o entendimento de que se deve considerar o contexto do qual emerge. O contexto, em decorrência, passa a ser percebido, conforme Bentes (2003, p. 251), “como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos”. Para Koch (2000, p. 25, grifo da autora):

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de

ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido. Portanto, [...] o *sentido não está no texto*, mas *se constrói a partir dele*, no curso de uma interação.

Nesse trecho, a autora apresenta um conceito de texto mais amplo do que o projeto das primeiras propostas, principalmente porque reconhece que há uma rede complexa de fatores, muitos dos quais estão fora do próprio texto. Propõe, portanto, que o texto indique sentidos, mas que não se trata de ser a única fonte de sentidos. Para discutir tal conceito, observe-se, a seguir, um trecho do *corpus* de análise:

Ele retrucou, dizendo que sabia muito bem do trabalho que eu vinha realizando "por aí" e que isso era tão importante quanto os livros do "cobras". E foi aí, então, que me incumbiu de representar a Quilombo no Ato Público: "Não importa o que você diga, que eu assino embaixo". Pela primeira vez, para mim, alguém me fazia refletir sobre a responsabilidade que se tem quando se começa um trabalho "por aí"... (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 46, grifo nosso).

Nesse trecho, Gonzalez relata como aconteceu o convite para fazer parte do folhetim de enredo do carnaval. A autora utiliza expressões da língua oral-dialogada em seu texto (como "por aí"), fenômeno que demonstra a "rede de fatores" de Koch (2000), uma vez que utiliza esse recurso para que o leitor crie certa ambientação com relação ao que está sendo relatado.

Além disso, o sentido do texto é construído a partir da narrativa de Gonzalez, intensificada com o uso do primeiro conectivo *e*; é fundamental o emprego desse conector para que a construção dos fatos seja, assim, efetivada. É possível verificar, ainda, que há uma escala argumentativa, em que a oração sucedida pelo conector é mais relevante do que a anterior.

Outra questão a ser considerada é apresentada por Koch (2000), quando ilustra a definição de texto a partir da metáfora do *iceberg*:

[...] todo o texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso de vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais (KOCH, 2000, p. 25).

Seguindo essa definição, é possível afirmar que os sentidos presentes no *corpus* são decorrentes do histórico da composição do livro como um todo. E, além disso, nele estão circunscritos os trajetos que Gonzalez percorreu para criar sensibilidade e motivação de escritora ativista. Ou seja, é preciso entender o texto em seu contexto de produção, já que a própria coesão textual serve para repassar os propósitos argumentativos, nascidos de objetivos demarcados por um histórico de vida, de conhecimentos, de conquistas etc. Observe-se o recorte a seguir:

Contatos foram estabelecidos com o Rio de Janeiro. Um dos atletas negros do Tiête veio ao nosso encontro para informar sobre os acontecimentos; cabia-nos, agora, mobilizar as entidades negras cariocas. Abdias do Nascimento, que chegara ao Rio de alguns dias antes, proveniente dos Estados Unidos, topou logo participar do processo. *E* não dá para esquecer aquela tarde ensolarada em que a gente se mandou para Coelho Neto, pra levar um papo com Candeia sobre a participação da Quilombo no Ato Público. Papo vai, papo vem, ele nos presenteou com o folheto do enredo para o próximo carnaval: Noventa anos de Abolição (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 45, grifo nosso).

Nesse recorte, o leitor do livro *Lugar de Negro* tem uma perspectiva da movimentação ocorrida na época em que o texto foi escrito, o qual estava vinculado à consolidação de Ato Público Contra o Racismo⁵. Assim, é possível observar que o enunciado precedido do conectivo *e* faz com que o fluxo do texto seja interrompido, se comparado com as porções textuais apresentadas antes e depois de tal enunciado. Por outro lado, mesmo com esse fenômeno – demonstrando outra esfera temporal –, a coerência do trecho apresentado não é atingida, pois a construção de um sentido é proporcional ao contexto e a tudo que está envolvido no interior e no exterior do texto.

Para Koch e Travaglia (2003, p. 21),

[...] a coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça

⁵ Este Ato aconteceu no dia 07 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, e tinha como principal objetivo denunciar, repudiar e protestar contra as últimas ações de racismo a que a comunidade afro-brasileira era submetida.

sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto.

Koch (2000) observa que o termo *texto*, antes da década de 1980, pelo menos no Brasil, era tido como um produto, ou seja, uma estrutura completa, com coesão e coerência, características que deveriam ser observadas por meio do próprio texto. Porém, a autora reconhece que algumas subcategorias da coerência fazem parte do processo de interação.

Koch (1992) recorre a Beaugrande e Dressler (1981) para publicar sete padrões de textualidade do texto, sendo eles coesão, coerência – que fazem parte do cotexto, ou seja, da superfície do texto –, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade – que integram o contexto do texto.

O conceito de coesão diz respeito aos elementos de determinada língua, que estabelecem certas relações para que o texto faça sentido. É por meio desses elementos que o texto se forma. Essa ocorrência é chamada de coesão textual, aspecto que norteia esta pesquisa. Segundo Koch (2000, p. 35), “Podemos conceituar coesão como o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se encontram interligados, formando seqüências veiculadoras de sentidos”.

Além disso, Koch (1992) se apoia em Halliday e Hasan (1976) para disseminar o funcionamento do conectivo em um texto, sendo que se trata de um dos principais fatores coesivos que asseguram a sequencialidade textual, uma vez que podem assegurar, no caso das conjunções coordenativas, por exemplo, noções como adição, contraposição, causa, explicação.

Esta pesquisa tem enfoque nesta última categoria, uma vez que se refere “[...] aos procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto [...], diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir” (KOCH, 1992, p. 49). Como esta pesquisa está voltada para o estudo do funcionamento do *e*, atém-se às relações que os segmentos do texto rendem aos objetivos do produtor do texto.

Marcuschi (2012, p. 52) frisa que

“[...] as categorias textuais devem abranger tanto os aspectos sintáticos como os semânticos e pragmáticos, já que o texto deve ser visto como uma sequência de atos de linguagem (escritos ou falados) e não uma sequência de frases de algum modo coesas”.

Assim, é possível concluir, por meio dessa afirmação do autor, que um texto só o será quando tiver em sua totalidade aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que fazem parte da manifestação da linguagem. Não é possível considerarmos texto um conjunto de frases coesas, por exemplo.

Marcuschi (2011), em trabalho denominado *Compreensão textual como trabalho criativo*, que é parte integrante do *Caderno de formação: formação de professores didática geral*, da Unesp, explica que o texto

[...] não é um puro produto, nem um simples artefato pronto; ele é um **processo** e pode ser visto como um **evento comunicativo** sempre emergente. Assim, não sendo produto acabado e objetivo, nem depósito de informações, mas um **evento** ou um **ato enunciativo**, o texto acha-se em permanente elaboração ao longo de sua história e das diversas recepções pelos diversos leitores. O texto deve preencher alguns requisitos para sua formulação, mas estes não são condições necessárias nem suficientes (MARCUSCHI, 2011, p. 92, grifo do autor).

Podemos considerar essa reflexão do autor como uma espécie de síntese da atual concepção de texto, em que o leitor assume papel importante na constituição dos sentidos textuais possíveis. Esse novo panorama é acionado nesta pesquisa e gerou todo o interesse em lidar não só com a produção intelectual de Gonzalez no patamar da pesquisa, mas também nas instâncias de seu papel de ativista, o que, de fato, confere ao texto sob análise o caráter híbrido e flexível para um capítulo de livro.

Somente a consideração do ativismo de Gonzalez rende informações para entendimento tanto das nuances entre a oralidade e a escrita, entre a tipologia narrativa e a dissertativa, distantes dos roteiros tradicionais do gênero artigo científico, quanto dos termos mais amenos e descontraídos, mas não muito distantes de um tom formal (não tão tenso), utilizados por Gonzalez. Inclusive, a

desconsideração do perfil de ativista não possibilitaria entender a fluidez do texto, o que poderia parecer falta de sentido para o gênero sob estudo.

O que se percebe em Gonzalez pode ser referendado pelo que Cavalcante sugere sobre o “pressuposto de que todo uso da linguagem está relacionado a contextos sociais, culturais e institucionais” (CAVALCANTE, 2009, p. 346), uma vez que os objetivos para a publicação do livro/capítulo podem ser considerados mais estabelecidos no patamar do ativismo e menos no roteiro tenso do rigor do texto científico, ainda mais quando se considera a época de publicação.

Ainda com relação ao conceito de texto como processo, Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 62) expõem que a LT atualmente prevê o conceito de texto como “[...] um objeto dinâmico, multifacetado, resultante de uma atividade linguístico-sociocognitiva, na qual se incluem parâmetros discursivos” e que essa “[...] natureza multifacetada do texto comporta em sua constituição a possibilidade de a comunicação ser estabelecida não apenas pelo uso da linguagem verbal, mas pela utilização de outros recursos semióticos” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64).

Os autores alertam, portanto, para os vários itens que constituem o texto como um conjunto de informações que podem e devem ser considerados, mediante os mais diversos objetivos de leitura. Dessa forma, o leitor pode se apoiar no que está disponível no texto para criar sua dinâmica de ação nesse diálogo, em que podem ocorrer discordâncias, inclusive.

Para Marcuschi (2011, p. 92):

O texto é uma proposta de sentido e se acha aberto a várias alternativas de compreensão. Mas todo cuidado aqui é pouco, pois o texto não é uma *caixinha de surpresas* ou algum tipo de *caixa preta*. Se assim fosse, ninguém se entenderia e viveríamos em eterna confusão.

Ou seja, as orientações de leitura decorrem do próprio texto, mas estão à mercê dos objetivos imersos nas possíveis leituras a depender do interlocutor. Na manifestação completa da linguagem, também se deve considerar que a carga intencional comanda o processo coesivo. Observemos o trecho do *corpus* a seguir, em que o **e** inicia um novo parágrafo: “...*E* estávamos todos lá, nas

escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Muita atividade (distribuição de carta aberta à população, colocação de cartazes, faixas, etc.), muita alegria, muita emoção” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 48, grifo nosso). No recorte, Gonzalez conta sobre a movimentação no dia do Ato Público contra a discriminação racial. O trecho evidencia a coesão juntamente com a construção de sentido que une as duas sentenças do *corpus*, uma vez que ambas dizem respeito a uma sequência de acontecimentos. É importante o olhar para o **E** que, nesse caso, aparece em novo parágrafo, após as reticências e em maiúscula; é como se a autora o utilizasse dessa forma para marcar, discursivamente, o conectivo, empregando, nele, aspecto conversacional. Além disso, a autora utiliza o conectivo para a inserção de um enunciado que ilustra o acontecimento daquele dia. Dessa forma, há indicação para informações que estão fora do texto e podem apontar para o desejo da autora de se aproximar ao leitor.

Ademais, dentro da coesão sequencial, há a sequenciação frástica. O conectivo **e**, nesse caso, é um dos conectores que têm por função somar argumentos para chegar a certa conclusão. Há mecanismos que formam alguns elementos de coesão textual, como o *encadeamento*, este estabelece “relação semântica e/ou discursiva entre orações, enunciados ou seqüências maiores do texto” (KOCH, 1992, p. 60).

Dentro do encadeamento, há a justaposição e, como subtópico dessa categoria, estão os marcadores de situação ou ordenação no tempo e/ou espaço, que indicam certo espaço temporal, espacial, ou de ordem textual. Nos trechos do *corpus* expostos anteriormente, é possível observar que a autora utiliza tal recurso em seus escritos. Igualmente, o encadeamento discursivo está ligado intimamente à estrutura das orações em um texto, ou seja, dependendo do conectivo utilizado, haverá dois enunciados, com sentidos distintos.

Bentes (2003, p. 280) esclarece:

O encadeamento discursivo estabelecido é o de conjunção, efetuado por operadores, como ‘é’, ‘também’, ‘não só... mas também’, ‘tanto... como’, ‘além de’, ‘além disso’, ‘ainda’, ‘nem’, que ligam enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão.

Assim, é possível entender que essas marcas atuam como operadores argumentativos e sua função é denominada pragmática, retórica ou, ainda, argumentativa.

Em outro trecho do *corpus*, Gonzalez disserta: "Dia seguinte, os jornais noticiavam em manchetes de primeira página. *E* estávamos no nonagésimo ano após a chamada abolição da escravatura" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 51, grifo nosso). Aqui, Gonzalez relata as consequências do Ato Público, assinalando uma introdução do tópico seguinte. Ademais, o *e*, nesse caso, poderia ser facilmente substituído pelo operador *além disso*, conforme expõe Bentes (2003), em reflexão teórica apresentada anteriormente.

Considerações Finais

Gonzalez recorre ao *e* como operador argumentativo e como marcador discursivo, em uma tessitura cujo objetivo maior é conseguir empatia do leitor. Na tessitura interna do texto, o valor semântico de adição acomoda esse trajeto de proximidade com o leitor, de tal forma que os sentidos vão sendo construídos no fluxo das porções textuais que estão inter-relacionadas em um processo sequencial, mas também vertical, se considerado um conceito de texto mais amplo, em que se torna possível identificar o convite que a autora realiza com visível sensibilidade e motivação ativista.

Ou seja, os propósitos argumentativos regem a coesão do texto, e o conectivo *e* indica encadeamento discursivo, por um lado, e sentidos mais internos na cadeia linguística, por outro, de modo a proporcionar maior proximidade do leitor.

Podemos concluir, por meio das análises realizadas, que Gonzalez utiliza o conectivo *e* em diversos momentos de sua escrita, inclusive em situações em que ela poderia utilizar outro conectivo de cunho mais formal, por exemplo. Desse modo, é possível observar, ainda, que as múltiplas funcionalidades do conectivo proporcionam as manobras das quais a autora se utilizou. Portanto, o conectivo *e* não é apenas um recurso aditivo, como as gramáticas mais tradicionais

apontam, podendo ser um marcador discursivo e, também, um operador argumentativo.

Referências

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. *In*: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (org.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2003.

BLÜHDORN, Hardarik; ANDRADE, Maria Lúcia da C. Victório de Oliveira. Tendências recentes da linguística textual na Alemanha e no Brasil. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 7, p. 13-48, 2005.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Metadiscursividade, argumentação e referenciação. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 245-354, set. / dez. 2009. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_27.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, Fortaleza, CE, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26452/1/2010_art_mmcavalcante.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

CONJUNÇÃO. *In*: MICHAELIS. Dicionário brasileiro da língua portuguesa. Português. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 2018. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=conjun%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *A coesão textual*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. Linguística textual: quo vadis? *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, Campinas, SP, v. 17, p. 1-10, 2001.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Compreensão textual como trabalho criativo. *In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de formação: formação de professores: didática geral*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 11, p. 89-103. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40358/3/01d17t07.pdf>
Acesso em: 20 jan. 2020.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney. *A university grammar of English*. Londres: Longman, 1973.